

Mandato Vereador

PROF. ALEX FRAGA



Relatório sobre
as condições
precárias das
**Escolas Municipais
de Porto Alegre**

ABRIL DE 2018



**Câmara Municipal
de Porto
Alegre**

SUMÁRIO

1 O PIOR USO DA BUROCRACIA: DESUMANIZAÇÃO E PERDA DE EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA	3
1.1 A INFORMATIZAÇÃO QUE AUMENTA O TEMPO DE TRABALHO EM VEZ DE REDUZIR	3
1.2 CENTRALIZAÇÃO DO PODER DECISÓRIO CRIA GARGALO.....	3
1.3 IMPOSIÇÃO DE DIRETRIZES E CORTE DOS CANAIS DE DIÁLOGO	4
2 MUDANÇAS IMPOSTAS PELA SMED AO CORPO DOCENTE DAS EMEFs, EMEM e EMEB: O FIM DA ISONOMIA NA HORA-ATIVIDADE E PERDA DE DIREITOS EM RELAÇÃO A ATESTADOS MÉDICOS	5
2.1 FIM DA ISONOMIA NA HORA-ATIVIDADE.....	5
2.2 HORA-ATIVIDADE NA ESCOLA E NARRATIVA SOBRE A FALTA DE RECURSOS	9
2.3 A QUALIDADE DO PLANEJAMENTO.....	11
2.4 ATESTADO TRIMESTRAL: UM ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS	13
3 PROBLEMAS NA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	14
4 ESTRUTURA	18
4.1 MANUTENÇÃO BÁSICA	18
4.2 PARTICULARIDADES NA ESTRUTURA GERAL - ESCOLAS DO MUNICÍPIO EM SITUAÇÃO DE RISCO.....	21
4.3 CONTROLE DE PRAGAS.....	25
4.4 INFORMÁTICA E TECNOLOGIA.....	26
4.5 SALAS DOS PROFESSORES	29
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	37

Entre março e abril de 2018, o mandato do vereador Prof. Alex Fraga visitou todas as 56 escolas de ensino fundamental e médio da rede municipal de Porto Alegre para falar com direções e professores sobre as condições de trabalho e a estrutura física dos espaços.

Problemas graves e de diversas ordens foram relatados, e a tabulação dos dados e registro de casos particulares permitem verificar um cenário de avançada degradação e precarização da atividade de ensino-aprendizado na rede.

1 O PIOR USO DA BUROCRACIA: DESUMANIZAÇÃO E PERDA DE EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

Nas conversas com as direções e com professores das 56 escolas visitadas, ficou evidente o descontentamento geral das equipes com o tipo de gestão implementado pela SMED a partir de janeiro de 2017. Os entrevistados são unânimes ao apontar um pesado incremento da burocratização dos processos, com prejuízos para o andamento dos trabalhos e para a resolução de problemas.

1.1 A INFORMATIZAÇÃO QUE AUMENTA O TEMPO DE TRABALHO EM VEZ DE REDUZIR

Um dos pontos mais sensíveis é o de RH. Antes de 2017, informam as direções, o quadro de professores de cada escola era definido em reunião presencial da direção com a SMED. Quaisquer que fossem os atritos e percalços do processo de fechamento do quadro, o diretor ou diretora de escola saía da reunião com uma resposta. A partir do início da gestão Marchezan Júnior, todas as demandas das escolas passaram a ser encaminhadas por meio do Sistema SEI, ferramenta online da Procempa, ou por e-mail. Com esse sistema, houve redução do feedback às escolas: abre-se um chamado e tanto a solução do problema quanto o retorno sobre o andamento da solicitação são incertos. E, no caso do uso de e-mail para fazer solicitações, é comum a queixa de que as mensagens enviadas à SMED não costumam ser sequer respondidas.

Com isso, aumenta o tempo de trabalho das direções para resolver os mesmos problemas que antes eram solucionados presencialmente. Diretores reclamam que, após abrir o chamado, precisam gastar muito tempo pedindo retorno de cada pedido à SMED, ocasiões em que costumam ser transferidos de setor em setor sem que nenhum dos atendentes saiba quem está cuidando da demanda ou quem é responsável pelo tipo de solicitação que foi feito. Esse aumento do tempo gasto para (tentar) resolver questões burocráticas acaba sobrecarregando as direções e agrava a necessidade de uma segunda pessoa ocupando a vice-direção nas escolas.

1.2 CENTRALIZAÇÃO DO PODER DECISÓRIO CRIA GARGALO

Para agravar a situação do não atendimento ou da demora no atendimento de demandas, a secretaria teve setores esvaziados de poder decisório, o que dificulta ainda

mais a resolução de problemas. A partir do início da gestão Marchezan Júnior/Adriano Naves de Brito, o setor Pedagógico da SMED passou a concentrar todo o poder de decisão sobre praticamente todas as questões - sem que houvesse um aumento no número de funcionários desse setor; pelo contrário, houve redução. Ou seja, problemas que antes eram resolvidos diretamente pelo setor Administrativo ou pelo setor de RH, por exemplo, agora precisam necessariamente passar pelo crivo do Pedagógico, e essa concentração de poder em um único ponto acaba criando um gargalo e travando o fluxo de soluções em toda a rede.

Outro ponto em que a centralização imposta pela rede prejudica processos é o caso das matrículas. Uma situação que repercutiu negativamente e gerou resistência das comunidades escolares e da sociedade foi a tentativa de concentração de todas as matrículas da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no CMET Paulo Freire, em 2017. Depois disso, escolas foram impedidas de realizar matrículas de novos alunos na EJA, processo que passou a ser centralizado na SMED. A justificativa da secretaria foi uma suposta baixa procura nas comunidades, mas o que se desenha na rede é uma progressiva centralização e esvaziamento de poder decisório das escolas. Recentemente, e-mails enviados pela SMED às direções sugerem mais um passo dessa centralização, com a determinação de que novas matrículas de alunos de todos os níveis sejam feitas no Setor de Ajustamento de Vagas, tirando essa prerrogativa das escolas.

1.3 IMPOSIÇÃO DE DIRETRIZES E CORTE DOS CANAIS DE DIÁLOGO

Além disso, alegam as direções, a já impessoal e pouco transparente estrutura burocrática implementada por Marchezan Júnior/Adriano Naves de Brito adotou uma postura de não ouvir as escolas. Não há negociação ou diálogo, mas sim a imposição de determinações prontas, uma “conversa” em que só a SMED fala. Os processos comunicacionais da secretaria com as escolas costumam seguir o seguinte roteiro:

- 1) A SMED manda à escola um e-mail com uma determinação qualquer.
- 2) A direção da escola, se for o caso, responde o e-mail da SMED pedindo esclarecimentos ou tentando negociar termos da determinação que não possam ser cumpridos imediatamente. Esse e-mail é ignorado e não recebe resposta.
- 3) Se descumprida a determinação do passo a), a SMED manda novo e-mail à escola comunicando que esta será punida por descumprir o que foi determinado. A

Secretaria simplesmente ignora a tentativa de negociação descrita no passo b) e adota uma postura de imposição e punição imediata de qualquer descumprimento do que foi imposto.

A atual equipe da SMED também deixou de realizar reuniões ordinárias e periódicas com as direções das escolas. Até janeiro de 2017, a cada mês ou bimestre, e com encontros extras em ocasiões importantes, a secretaria reunia-se com diretores de escolas, num processo de troca de experiências e feedback. A partir de janeiro de 2017, essas reuniões de rotina deixaram de ser feitas e só ocorrem muito esporadicamente, quando a secretaria deseja “impor algum pacote de maldades”, como definiu um dos diretores ouvidos pelo nosso mandato.

Visitas da equipe da SMED às escolas também não têm sido feitas, relatam as direções. Em quase todas as entrevistas do presente levantamento, os relatos foram de que jamais o secretário ou seus subordinados mais graduados visitaram a escola desde janeiro de 2017. A SMED inclusive impõe determinações que impactam na rotina de trabalho das escolas sem ter conhecimento da realidade dessas comunidades.

Todos esses pontos, que indicam um progressivo movimento de desumanização de processos e de destruição das vias de diálogo, atentam contra o princípio da gestão democrática do ensino, um dos eixos norteadores da educação pública no país, segundo a Constituição Federal (art. 206, inciso VI) e a Lei Nº 9.394/96 - LDB - (art. 3 inciso VIII, arts. 14 e 15). Ao negar às comunidades escolares o direito de participar das decisões e da construção dialogada dos procedimentos, a administração Marchezan Júnior descumpra a lei.

2 MUDANÇAS IMPOSTAS PELA SMED AO CORPO DOCENTE DAS EMEFs, EMEM e EMEB: O FIM DA ISONOMIA NA HORA-ATIVIDADE E PERDA DE DIREITOS EM RELAÇÃO A ATESTADOS MÉDICOS

2.1 FIM DA ISONOMIA NA HORA-ATIVIDADE

Os servidores do Município de Porto Alegre são regidos pelo PLC nº 133 de 31 de dezembro de 1985: “O estatuto dos funcionários públicos de Porto Alegre”, com direitos e deveres iguais uns aos outros. E, nesse sentido, o quadro dos servidores das escolas municipais foi surpreendido pela nova determinação imposta pela SMED: o fim da Hora-

Atividade Fora da Escola (HAFE) para todos os professores que não possuem 40h durante o dia na mesma escola.

De acordo com a Lei Federal 11.738/08, tem-se:

Art 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos

Assim, tanto no termo legal quanto no pedagógico a hora-atividade é essencial para a ampliação da qualidade do ensino. Não existe tipificação do local onde essa hora-atividade será exercida, se dentro ou fora da sala de aula, parte do comum acordo sobre as partes e a disponibilização de recursos para que o planejamento seja realizado sem prejuízo.

Sobre isso, abaixo segue a transcrição¹ de parte do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, quando fala da importância de um terço da jornada ser destinado para atividades extra-aula:

“Eu ousaria, acompanhando agora a divergência iniciada pelo Ministro Luiz Fux, entender que o § 4º também não fere a Constituição pelos motivos que acabei de enunciar, pois a União tem uma competência bastante abrangente no que diz respeito à educação.

Eu entendo que a fixação de um limite máximo de 2/3 (dois terços) para as atividades de interação com os estudantes, ou, na verdade, para a atividade didática, direta, em sala de aula, mostra-se perfeitamente razoável, porque sobrarão apenas 1/3 (um terço) para as atividades extra-aula.

Quem é professor sabe muito bem que essas atividades extra-aula são muito importantes. No que consistem elas? Consistem naqueles horários dedicados à preparação de aulas, encontros com pais, com colegas, com estudantes, reuniões pedagógicas, didáticas; portanto, a meu ver, esse mínimo faz-se necessário para a melhoria da qualidade do ensino e também para a redução das desigualdades regionais.”

Voltando ao tema da HAFE, existem questões que contradizem a imposição da SMED sobre a sua retirada parcial. A primeira é a quebra da isonomia entre professores concursados do município, já que a determinação cria um contexto em que apenas os que lecionam dois turnos ao dia têm o direito de realizar sua hora atividade fora da escola. Os demais professores que possuem 40 horas na mesma escola, porém, no turno da manhã e da noite, perdem esse direito; os professores que possuem 40 horas divididas em duas escolas também, assim como professores de 30 e 20 horas, consecutivamente. Com isso, a SMED afirma que os servidores, embora regidos pelo mesmo Estatuto, não possuem os

¹ Fonte: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/449407698/agravo-em-recurso-especial-aresp-1036816-pe-2016-0335880-1/decisao-monocratica-449407708>. Acesso em 17/4/2018

mesmos direitos enquanto profissionais do município. Com essa mudança, 75%² dos educadores perdem a hora-atividade.

A segunda questão é a completa ausência de contrapartida da Prefeitura sobre hora-atividade ser obrigatoriamente dentro da escola: hoje as escolas não são capazes de comportar essa determinação. A SMED cria o problema e não oferece solução.

Em nossas visitas, constatamos que nenhuma das 56 escolas possui espaços específicos para estudo para todos os professores que precisam planejar (ver tópico 4.5 deste levantamento, “Salas dos Professores”). Não há estrutura de mesas e cadeiras confortáveis e isolamento acústico, nem livros e materiais pedagógicos à disposição, nem computadores com processador adequado e programas atualizados com as demandas dos dias de hoje, nem sinal de internet que supra essa necessidade. O que se viu no levantamento nas escolas foi que quase todas possuem computadores com programação defasada, seja nos setores, seja na Sala dos Professores ou nos laboratórios de informática (que geralmente são equipamentos de segunda mão doados por instituições do estado).

Em reportagem³ do jornal Zero Hora de 9 de fevereiro de 2018, o secretário Adriano Naves de Brito afirmou: “Com isso queremos incentivar que os docentes tenham essa jornada de 40 horas em uma mesma escola. Isso é importante para reforçar o vínculo com a instituição e também colabora com a qualidade do ensino.”⁴ Mas nem sempre a mesma escola oferece vaga para que o professor continue seu trabalho no outro turno. O que comprova essa dinâmica incompatível é que, dos 3,3 mil docentes, somente 800 têm 40h na mesma escola, evidenciando que tal medida é incoerente quando aplicada no meio educacional e pela forma como as vagas são ofertadas.

Acontece que, desde a implantação da modificação na forma de distribuição das horas de atividades fora da escola (HAFE), os professores que dão aula em outros lugares são obrigados a fazer seus planejamentos no espaço que a escola oferece. No entanto, não há um espaço adequado para realizar este tipo de atividade, fato comprovado na visita feita às 56 escolas municipais.

Sobre esse ponto, elencamos alguns dados pertinentes sobre a disposição de espaço e material para elaboração dos planejamentos:

² Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02/prefeitura-muda-norma-que-permitia-a-professores-trabalharem-de-casa-cjdg20hfy00fb01n3b3eeytid.html>. Acesso em: 14 abr. 2018

³ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02/prefeitura-muda-norma-que-permitia-a-professores-trabalharem-de-casa-cjdg20hfy00fb01n3b3eeytid.html>. Acesso em: 14 abr. 2018

⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02/prefeitura-muda-norma-que-permitia-a-professores-trabalharem-de-casa-cjdg20hfy00fb01n3b3eeytid.html>. Acesso em: 14 abr. 2018

- a) Apenas 8 das 56 escolas possuem sinal de wi-fi, ou seja, mesmo que o professor utilize notebook pessoal para compensar a falta de computadores da escola, na grande maioria dos casos não poderá utilizar a internet como ferramenta de pesquisa. Outro problema para quem adotar essa alternativa é a falta de tomadas suficientes para todos carregarem notebook ou até mesmo telefones celulares.
- b) Em nenhuma das escola existe uma biblioteca específica e disponibilidade de materiais para uso em aula para o planejamento docente. O que vimos ao visitar as escolas foram professores carregando peso extra de livros necessários ao planejamento e grande quantidade de materiais pedagógicos para anos iniciais.
- c) Em todas as escolas que possuem Sala dos Professores, esta é um espaço de convivência e não de planejamento. Todas possuem cozinha com cafeteira e microondas, considerando que: - a maioria das escolas está localizada nas periferias e os professores levam seu almoço para aquecer no local de trabalho (ao obrigar os docentes a cumprir a hora-atividade na escola, a SMED os obriga também a fazer as refeições nestes exíguos espaços, que estão longe de serem suficientes para atender às necessidades de dezenas de trabalhadores simultaneamente); - a sala dos professores é um espaço de descanso e intervalo dos educadores; - pelo fato de a equipe docente estar em seu espaço de convivência, há fluxo de alunos, pais e funcionários, impossibilitando que o professor na hora-atividade mantenha a concentração.
- d) O levantamento buscou fazer uma radiografia das condições de trabalho dos profissionais da educação. Sobre a disposição de computadores e considerando como um critério de análise o computador funcionar minimamente, chegamos aos seguintes números nas 56 escolas da rede: 18 escolas não possuem computador funcionando na Sala dos Professores com acesso à internet; 25 escolas possuem 1 computador com acesso à internet; 13 escolas têm 2 ou mais computadores com acesso à internet; apenas 4 escolas possuem impressora no local.
- e) Sobre o acesso à internet, é importante destacar a qualidade de sinal oferecida. No município são pelo menos 10 EMEFs com acesso a internet via rádio, e nessas escolas é comum um sinal muito instável que prejudica o trabalho dos setores, os laboratórios para os estudantes e os planejamentos. Cabe ressaltar que a internet é tão precária que as direções frequentemente têm que se deslocar para EMEFs, postos de saúde vizinhos, ou até mesmo à SMED para conseguir registrar os ajustes do ponto dos professores porque é inviável o trabalho com o acesso precário. Como, nesses espaços, o professor pode planejar? No século 21, é

inconcebível que atividades de planejamento de atividades de ensino sejam realizadas sem pesquisa na internet.

- f) Uma queixa unânime nas escolas foi em relação ao veto da SMED à instalação de novos pontos de internet nas escolas, com a justificativa da secretaria, segundo nos relataram as direções, de que seria “oneroso”. Ora, como foi justamente a secretaria que determinou que os professores façam seus planejamentos única e exclusivamente no ambiente escolar, negar-lhes as condições mínimas para executar essa tarefa é uma grande incoerência e indica descaso da mantenedora para com a qualidade do ensino.

2.2 HORA-ATIVIDADE NA ESCOLA E NARRATIVA SOBRE A FALTA DE RECURSOS

A administração Marchezan Jr., desde que assumiu a Prefeitura em 2017, afirma que as contas estão deficitárias e o caixa está “quebrado”. Segundo essa narrativa, há de se considerar o tamanho do equívoco da SMED em pôr fim às HAFEs sem prejuízo ao estudante da Rede Municipal de Ensino (RME). Ao conceder a Hora-Atividade Fora da Escola, a secretaria se desonera, uma vez que o professor com esse direito utiliza sua biblioteca pessoal, seu computador e sua internet doméstica, prepara as refeições na sua própria cozinha de casa, deixa de utilizar água e energia elétrica da escola. Uma SMED que alega estar tão preocupada em economizar recursos poderia poupar muito mais se mantivesse o direito à HAFE.

Sob a perspectiva de planejamento, a SMED posicionou-se aquém das reais necessidades do ensino. Sem a estrutura disponível na escola, há professores que optam por ainda fazer seus planejamentos em casa, ou seja, ficam um turno inteiro na sala dos professores para cumprir horário determinado e após realizam seu planejamento na estrutura de sua residência. É um sistema “burro”, em que o profissional é pago para planejar na escola mas não consegue, o que equivale a ser pago para ficar parado na escola quando poderia estar planejando em um lugar com condições adequadas para isso. Ao obrigá-lo a fazer o retrabalho em casa, a SMED piora sua qualidade de vida e agrava a sobrecarga mental e física dos trabalhadores.

Segundo entrevista⁵ concedida ao Jornal do Almoço no dia 3/01/2018, o prefeito Nelson Marchezan Jr. afirmou que Porto Alegre não tem apenas buraco nas ruas, mas também nas finanças e que não conseguiu arrumar as receitas da cidade.

Nas entrevistas que realizamos com as direções para produzir este levantamento, muitas apontaram que, com o fim das HAFEs, aumentam as despesas na escola: de passagem para deslocamento à escola, material de limpeza, água, luz, impressões dentro da escola, uso e necessidade de manutenção de computadores.

Dessa forma, nem sob a narrativa de conseguirem de fato planejar no ambiente escolar e muito menos pela narrativa de déficit das contas do município se justifica o fim das HAFEs.

Se o ambiente escolar tivesse um local adequado para o planejamento, qualquer imposição de melhoria seria pertinente, mas as escolas não têm, porque mesmo que algum educandário disponibilize uma salinha, como é o caso de 11 das 56 escolas, esta não comporta o quadro docente, já que os espaços são exíguos, como o exemplo da imagem abaixo (considerando que essa é uma das maiores escolas, com maior número de docentes):



Figura 1: Sala de planejamento de uma escola municipal

⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/marchezan-preve-2018-na-prefeitura-de-porto-alegre-o-ano-vai-ser-amargo.ghtml>
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/04/reduzimos-quase-todas-as-despesas-mas-tem-uma-que-sobe-todos-os-anos-diz-marchezan-a-vereadores-cjfirncje04kh01ph1rtcg3og.html>

Embora a argumentação da SMED seja a de que o professor ficará mais tempo em sala, o engessamento provocado pela nova medida impossibilita que a compensação da Hora-Atividade Fora da Escola seja feita de diversas maneiras, e um dos efeitos nocivos é que impede o professor de aprimorar a sua formação, buscar aperfeiçoamento ou formas de incrementar o seu planejamento.

2.3 A QUALIDADE DO PLANEJAMENTO

Historicamente, Porto Alegre tem um ótimo dado sobre a qualificação profissional de seu corpo docente: profissionais especializados, mestres e doutores. Isto foi construído ao longo de décadas, por meio da valorização da formação acadêmica do profissional a partir de acréscimo salarial, que serve de estímulo para o quadro buscar se formar mais que em outras redes.

A SMED tem uma meta justa: aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), porém questionamos: para melhorar esses resultados, o fundamental é apenas controlar hora-atividade do professor na escola com o ponto eletrônico? Acreditamos que não.

Por óbvio, é fundamental que todo profissional do município cumpra com seus deveres estatutários, mas a Prefeitura deve estimular e investir na qualificação do serviço público. Assim, é preciso, além de reduzir os déficits de RH por meio de concurso público, oferecer a esses profissionais uma melhora nas estruturas, melhores salas, apoio pedagógico, bibliotecas e laboratórios de informática para os estudantes.

De acordo com a falta de soluções apresentadas pela SMED para dar condições de planejamento no ambiente escolar, vemos como inviável que essa hora-atividade (que não é favor da SMED aos professores; é seu direito por lei) seja cumprida na escola, pois planejar é complexo e demanda bem mais que papel e caneta.

Contribuindo para o debate, a pesquisadora Júlia Bortolini Moschetta⁶ em sua monografia “O planejamento como necessidade na prática do professor”, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolveu uma entrevista com 11 professores da rede pública e privada e, nas respostas coletadas, evidencia-se a complexidade do ato de delinear as atividades a serem aplicadas no dia a dia.

Na figura a seguir, é possível ver os elementos que são considerados no momento de tecer as tarefas.

⁶ Fonte: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/122188/000971246.pdf?sequence=1> Acesso em 13/4/2018.

Quadro 7 – Respostas referentes à pergunta *O que você considera no momento de fazer o seu planejamento? Marque os sete itens que estão mais relacionados a sua prática de planejamento* (pergunta 5).

Profº	Agendar provas e trabalhos	Definir os objetivos da aula	Elaborar registros de observações que avaliem os alunos a cada aula	Definir o conteúdo a partir do livro didático e utilizar suas propostas	Conhecer as experiências de vida dos alunos	Organizar o conteúdo para aula expositiva	Sondar os alunos para identificar o que conhecem, ao que aspiram	Elaborar atividades lúdicas	Organizar aulas práticas	Organizar as notas dos alunos em provas e trabalhos	Reconsiderar a temática da aula a favor do interesse dos alunos	Utilizar o planejamento de anos anteriores	Replanejar para fazer de outra maneira	Trabalhar tópicos do cotidiano em aula
1	x	x				x		x		x			x	x
2		x	x			x	x				x		x	x
3		x			x	x	x	x	x		x	x	x	x
4		x	x		x		x				x		x	x
5	x				x		x		x		x		x	x
6		x			x		x		x		x		x	x
7		x			x	x	x				x		x	x
8		x	x	x	x				x				x	x
9			x		x		x			x	x		x	x
10		x			x		x		x		x		x	x
11	x	x	x				x				x		x	x

Figura 2

Já na próxima figura, construída por MOSCHETTA, é exposto os materiais didáticos que podem compor o planejamento.

Quadro 10 – Respostas referentes à pergunta *Dentre os materiais didáticos listados abaixo, quais você utiliza frequentemente para planejar suas aulas?* (pergunta 6).

Profº	Livro didático	Internet (pesquisa geral)	Sites da internet com planejamentos de aula	Vídeos	Jornais	Revistas	Filmes	Programas de televisão	Documentários	Apostilas	Esquemas ilustrativos	Jogos	Museus	Livros acadêmicos	Experimentos práticos	Outros livros	Textos curtos	Outros
1	x	x				x		x				x					x	
2	x	x							x		x				x	x		Xerox, resumos, pôster com figuras ilustrativas
3	x	x		x			x				x	x	x	x	x		x	
4	x	x		x			x		x		x				x	x		
5	x	x		x	x	x					x				x			Sites sobre assuntos trabalhados em aula para tirar dúvidas
6	x	x					x				x			x	x	x		
7	x	x	x	x		x			x									
8	x		x	x	x		x		x		x			x				
9		x	x	x			x		x	x	x		x	x	x			
10	x	x		x					x		x				x		x	
11		x		x		x	x		x		x		x					

Figura 3

Esse levantamento dos recursos que os docentes utilizam ao planejar evidencia que a atividade de planejar exige um local apropriado e material disponível, por isso a importância de o planejamento ser feito em local adequado para tal finalidade, e por isso a nossa insistência em dizer que as nossas escolas não comportam essa atividade. No momento que o professor pode utilizar o tempo de hora-atividade extra-classe, pode ir a bibliotecas, pesquisar filmes, visitar lugares, dentre outras maneiras diversas, abrindo-se muitas possibilidades. E quando pode se utilizar do ambiente residencial, o educador encontra ali seu acervo de materiais, seu espaço, sua organização e, até mesmo, sua impressora, equipamento este que nem todas as escolas disponibilizam aos professores.

Um outro problema de ordem prática trazido pela imposição da SMED: muitos professores relatam terem medo de levar seus computadores pessoais para a instituição de

ensino porque podem ser assaltados (fato, aliás, que ocorreu recentemente com um dos professores da escola que estávamos visitando), e nem há outros recursos necessários como os já mencionados no corpo deste relatório.

E, se analisarmos a questão dos outros espaços que compõem o ambiente escolar, como bibliotecas e laboratórios de informática, estes são lugares destinados a alunos e não podem ser ocupados por professores em planejamento. É necessário que haja meios adequados e compatíveis para comportar a implantação de novas medidas impostas pela Secretaria. Por isso, a importância de se conhecer a rotina escolar, os colaboradores e suas peculiaridades antes de alterar qualquer processo, haja visto que o foco deve ser a qualidade do planejamento a fim de melhorar a educação. Nesse sentido, o desconhecimento da SMED, que não visita as escolas e nem conhece sua realidade, fica evidenciado.

Se, por outro lado, o que a SMED procura com essa modificação na forma de gestão é que os alunos tenham mais horas-aula e que o professor esteja mais tempo com os alunos (usando o fim da HAFE como subterfúgio para obrigar o professor a entrar em sala de aula em vez de planejar), então a forma mais adequada de fazer isso deve ser completar o quadro de carga-horária faltante com o chamamento de concursados.

2.4 ATESTADO TRIMESTRAL: UM ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS

Em e-mail enviado às direções escolares por Geisa Camillo Tatsch, Diretora de Recursos Humanos Adjunta da SMED, no dia 23 de novembro de 2017, foi dada a seguinte orientação:

“Tendo em vista algumas ponderações que recebemos, as quais entendemos pertinentes, temos a considerar acerca das orientações emanadas por essa DRH, em consonância com o Gabinete do Secretário, no dia 17/11/2017 sobre o número de atestados de comparecimento à consulta médica e/ou odontológica aceitos por esta SMED: [...]

2- a partir do ano de 2018 iniciará a contagem bimestral ou trimestral dos atestados de consulta, conforme orientação encaminhada no e-mail anterior. Ressaltamos que os servidores das EMEIs, EMEFs, EMEEFs, EMEB e EMEM que não fazem jus a HAFE (monitores, serviços gerais, assistentes administrativos, entre outros) seguem a regra bimestral;

2.a) Bimestral: JAN/FEV; MAR/ABR; MAI/JUN; JUL/AGO; SET/OUT; NOV/DEZ

2.Bb) Trimestral: JAN/FEV/MAR; ABR/MAI/JUN; JUL/AGO/SET; OUT/NOV/DEZ

3- para gestantes serão aceitos 1 atestado a cada mês [...]

4- para outros casos excepcionais como portadores de doenças genéticas e/ou raras, pedimos a gentileza do servidor encaminhar para o e-mail da DRH [...]

Ou seja, é suprimido um direito trabalhista amparado pela Lei nº 3.268/57 e artigo 473 da CLT, os quais regulamentam o abono de falta mediante apresentação de atestado médico ao empregador.

Essa orientação serve às direções, uma vez que elas são responsáveis desde o ano passado pelo controle do ponto dos professores, com programa específico para os ajustes nas escolas. A direção pode aceitar atestado de cada professor bimestralmente ou trimestralmente conforme orientação citada acima. Se houver casos de professores necessitando ajustar o ponto com outro atestado fora desse prazo estipulado, deve recorrer à biometria da prefeitura, no Postão do IAPI. Isso é um ataque grave aos direitos dos trabalhadores.

Exemplificando: Maria (nome fictício) professora de 40h do primeiro ciclo na mesma escola, ficou gripada e, portanto, não pôde dar aula. Como ela tem direito à HAFE, ela pode usar essas horas para ir a consultas médicas programadas, porém a gripe é imprevisível. Mas, com as novas regras impostas pela Secretaria, por ter direito à HAFE ela pode apresentar à direção da escola apenas 1 atestado a cada 3 meses e, como ela acordou com febre uma vez no mês anterior, já estourou sua cota de atestados segundo determinação da SMED. Então ela passa 1 dia gripada, recupera-se e no dia seguinte passa mais um dia na função burocrática de garantir seu abono de falta no Postão do IAPI. Por essa lógica da SMED, que afirma tentar aumentar a presença dos professores em sala de aula, os alunos de Maria ficam 2 dias sem aula, pois ela tem de atravessar a cidade para se deslocar ao IAPI quando poderia ter o atestado aceito pela SMED, evitando essa peregrinação.

3 PROBLEMAS NA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Segundo diretriz nacional, as escolas devem se habilitar para o atendimento às pessoas com deficiência. Porém, infelizmente, seja com o desmonte que o ensino público estadual está sofrendo, seja com a desvalorização profissional e conseguinte desvalorização do ensino-aprendizagem, seja com o veto (ainda que ilegal) de alunos de inclusão em instituições particulares – movido principalmente pela lógica mercadológica de ensino segundo a qual, para eles, um aluno de inclusão atrasa os demais com metas visando ao vestibular – o ensino municipal torna-se o espaço fundamental para suprir essa demanda.

A rede municipal porto-alegrense é reconhecida pelo trabalho que desempenha na inclusão, atualmente com quatro Escolas Municipais de Ensino Especial Fundamental (EMEEF). as quais recebem alunos com transtornos mais severos, e também pela equipe

pedagógica das demais EMEFs, EMEB e EMEM, com auxílio dos profissionais da Sala de Integração e Recursos (SIR).

A SIR é um serviço oferecido pelo município desde 1995, na época em apenas quatro escolas, atualmente com expansão para todas as EMEFs, EMEB e EMEM da Capital, com um serviço extremamente qualificado, conforme Tezzari e Baptista (2002):

“a SIR é um espaço paralelo de atendimento, em turno inverso àquele no qual o aluno frequenta a classe comum. Os alunos atendidos passam por uma triagem pedagógica que identifica a necessidade de uma ação específica e complementar, a ser desenvolvida por um profissional da educação especial. Há ênfase em atividades alternativas àquelas desenvolvidas em sala de aula, partindo-se de recursos apresentados pelo sujeito”. (pg 146)

Os alunos de inclusão com laudo são atendidos por profissionais capacitados para o ensino especial. Segundo TEZZARI, M. Lúcia, são atendidos pela SIR:

- a) alunos com necessidades especiais contínuas ou transitórias que está no ensino regular que necessite de atendimento complementar;
- b) crianças da educação infantil enviadas à avaliação quanto à modalidade de ensino (comum ou especial) mais indicada para elas no ano seguinte;
- c) alunos do ensino especial com possibilidade de ingressar no ensino regular (a SIR serve como uma ponte para isso).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Capítulo IV “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, diz o seguinte no artigo 53 :

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

No artigo 4ª da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, temos:

“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”

Ainda sobre termos legais do ensino inclusivo, o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, vale destacar:

“Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...]

VI - **adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas**, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; [...]

Art. 2º A educação especial deve garantir os **serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização** de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...]

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - **prover** condições de **acesso, participação e aprendizagem** no ensino regular e **garantir** serviços de **apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes**; [...] III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; [...]

“Art. 9º-A. Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.”

O Artigo 9º-A trata do investimento realizado ao município, especificamente, para garantir o atendimento de qualidade na educação especial. Para o FUNDEB, essa matrícula é dupla, ou seja, o estudante de inclusão matriculado vale por dois. Os recursos vindos do FUNDEB são, mediante a lei, destinados 60% para pagamento dos profissionais de educação e 40% às demais ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Um professor da SIR de 40 horas pode atender 25 estudantes, com auxílio de monitores e estagiários de inclusão nas escolas. Essa estrutura especializada faz do ensino municipal da Capital um destaque para essa demanda. Como já dito, de 1995 para cá, ampliou-se o atendimento à educação especial para todas as escolas. Porém ainda há muito para se avançar. Nesse sentido, para as EMEFs, EMEM e EMEB foram feitas perguntas sobre Recursos Humanos e falta de pessoal para atender na SIR. Seguem os dados coletados:

- a) 19 escolas informam que precisariam de ao menos mais um professor para a SIR, pois existe demanda de lista de espera para atendimento especializado;
- b) 21 escolas necessitam de monitores exclusivos para a inclusão para atender casos os quais alunos não possuem independência para exercer atividades sem apoio individual. Ao contrário do tópico “a”, esta é uma demanda real de turmas existentes da SIR em Porto Alegre, ou seja, atualmente a cidade não tem conseguido cumprir esse papel.
- c) 13 escolas afirmaram a necessidade de mais estagiários de inclusão para auxiliar no acompanhamento dos estudantes.

Em 2015, houve a construção e aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) de Porto Alegre, documento que estabeleceu metas e estratégias para melhorias na educação. Dentre estas, destacamos a Meta 4, com 56 estratégias a serem realizadas, que visa manter para o público-alvo da educação especial de 0 (zero) a 21 (vinte e um) anos o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Destacamos as seguintes estratégias para o atendimento de inclusão:

“4.50 - promover, garantir, assegurar e ampliar as equipes de profissionais da educação, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial em todas as etapas e as modalidades do ensino, garantindo a oferta de professores do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues, apoio e monitores concursados proporcional à demanda de cada escola e com qualificação e formação específicas na área da educação especial e inclusiva;

4.51 - garantir a nomeação de profissionais de apoio à inclusão no serviço público e a contratação desses profissionais no serviço privado, para o desenvolvimento de atividades de cuidados com a alimentação, medicação, higiene e locomoção, em número suficiente para atender à demanda de cada local, levando em consideração o parecer dos profissionais envolvidos, o número total de estudantes e suas necessidades específicas e o tempo de sua permanência na escola, em todas as etapas e as modalidades da educação básica na rede pública e no setor privado de ensino;

4.52 - assegurar que os profissionais de apoio que prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam as atividades de locomoção, de higiene e de alimentação com independência tenham, como formação mínima, o ensino médio e capacitação por meio de cursos específicos promovidos por instituições autorizadas pelos sistemas públicos de ensino;”

Há décadas o Brasil vem avançando no que se trata de legislação para o ensino inclusivo, tal como apresentado até aqui. Seja no âmbito nacional, estadual ou municipal, os planos de educação buscaram aprimorar a educação especial, mas cabe aos cidadãos, à comunidade escolar e à Câmara Municipal de Vereadores, como órgão fiscalizador do Executivo, cobrar a sua implementação. Que de fato a meta saia do papel e vire uma realidade do município de Porto Alegre.

Em 16 de dezembro de 2015, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS determinou que o Estado disponibilizasse monitor especial para acompanhar as aulas de um menino autista em Bento Gonçalves, na Serra gaúcha. Com base na Constituição Federal,

ECA e LDB o relator desembargador Jorge Luís Dall’Agnol⁷, ainda citou o § 4º do artigo 5º que trata a negligência como crime de responsabilidade:

“Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. [...] § 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.”

A legislação e as comunidades escolares do município tratam com seriedade a pauta da educação inclusiva. Os alunos atendidos da SIR têm o direito legal de, caso haja necessidade, serem acompanhados individualmente por um monitor do quadro. Assim como crianças e jovens de inclusão têm o direito legal de acesso à educação inclusiva, cabe à SMED também designar mais profissionais para a SIR suprir as demandas de lista de espera para dar um atendimento com ainda mais qualidade.

4 ESTRUTURA

Problemas na estrutura física e/ou na manutenção dos prédios, dos pátios e dos mobiliários foram relatados em praticamente todas as escolas visitadas. Os principais pontos são elencados abaixo:

4.1 MANUTENÇÃO BÁSICA

Constatou-se, nas visitas, que não há suporte adequado à manutenção das escolas municipais. Diversos reparos necessitam ser feitos em praticamente todas as unidades, a fim de conservar adequadamente os espaços e, principalmente, atender às necessidades diárias de alunos, professores e funcionários.

Desamparadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), muitas escolas são forçadas a obter pelos seus próprios meios recursos para sanar as deteriorações produzidas pela ação do tempo e pelo uso, bem como contar com a ajuda de familiares e amigos em mutirões de reparos, principalmente no intervalo de um ano letivo ao outro, ocasião em que a estrutura necessita de adequação para iniciar o ano seguinte.

Dentre os constantes reparos necessários e não realizados pela SMED, podemos citar:

⁷ <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/531714182/apelacao-civel-ac-70075350264-rs/inteiro-teor-531714205>
Acesso em: 16/04/2018

- ✓ Pinturas (cujo objetivo não é meramente estético, pois há bases de metal que, sem uma camada protetora de tinta, sofrem a ação corrosiva da ferrugem)
- ✓ Desentupimento de calhas
- ✓ Troca de lâmpadas e capacitores
- ✓ Colocação de lajotas na parede
- ✓ Conserto de telas de proteção em quadras esportivas
- ✓ Conserto do piso
- ✓ Capina do pátio
- ✓ Poda de árvores
- ✓ Conserto em banheiros (caixas de descarga, por exemplo)
- ✓ Reparo em calçadas
- ✓ Remoção dos cupins e materiais danificados
- ✓ Reposição de telhas
- ✓ Desobstrução dos canos do pátio

Os relatos colhidos nas escolas apontam uma mesma causa para o gargalo no atendimento das demandas por manutenção: a falta de pessoal na equipe de manutenção da SMED. De fato, dados⁸ que constam no Portal da Transparência da prefeitura comprovam que os servidores da área de manutenção lotados na SMED são em número insuficiente para o atendimento dessas 56 unidades de ensino. Por exemplo, há somente 1 pedreiro, 1 pintor, 2 marceneiros, além de outras especialidades com insuficiência de pessoal, conforme a tabela abaixo. Na relação dos servidores, há também 47 operários celetistas, porém, pelos relatos e pelos problemas que encontramos, nota-se que estes funcionários não estão sendo bem aproveitados.

Relação de servidores lotados na SMED relacionados a serviços de manutenção	
Referência: Março de 2018	
Arquiteto	2
Carpinteiro	5
Eletricista	3

⁸ Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu_doc/cargos_secretarias_03.2018.pdf. Acessado em: 11 de abril de 2018.

Instalador	4
Marceneiro	2
Engenheiro	4
Operário	11
Operário Especializado	5
Pedreiro	1
Pintor	1
Soldador	1
Operário (Celetistas)	47

Figura 4

A estrutura orgânica da Secretaria deveria dar conta do atendimento das demandas para que cada vez mais diminua a contratação de terceirizados. Ademais, ao pesquisarmos os últimos contratos assinados pelo Município com empresas terceirizadas, encontramos quatro (Multiclean, Master Kill, ATP, CORREIOS), nenhum dos quais corresponde a serviço de manutenção e consertos.

Enquanto as demandas se acumulam nas escolas da rede, o quadro de cargos de manutenção do Executivo segue com muitas vagas em aberto que não estão preenchidas. A respeito disso, pode-se citar o cargo de pintor, que dispõe de 53 vagas criadas, das quais apenas 15 estão providas, restando 38 vagas em aberto. Enquanto isso, muitas escolas precisam recorrer à boa vontade de pessoas da comunidade que contribuem com tinta e mão de obra para fazer as pinturas necessárias; essenciais também na conservação de um patrimônio público.

Aliás, não apenas há escassez de mão de obra como também faltam materiais para os consertos. Por exemplo, em uma das visitas testemunhamos uma fossa entupida em frente ao banheiro infantil, em que o excesso de esgoto estava inundando a pracinha das crianças. A direção já havia comunicado o problema à SMED, havia uma semana, porém o setor da Manutenção informou que não possuía cimento para fazer o conserto.

Situações semelhantes a essa (morosidade, falta de material ou não atendimento) foram relatadas em muitas outras escolas, evidenciando que é preciso reformular os processos de atendimento e suporte, pois algumas questões básicas estão desatendidas.

4.2 PARTICULARIDADES NA ESTRUTURA GERAL - ESCOLAS DO MUNICÍPIO EM SITUAÇÃO DE RISCO

Conforme o acima exposto, ouvimos nas escolas visitadas diversas queixas sobre a falta de manutenção, bem como sobre as dificuldades que as direções enfrentam para adquirir verba extra para resolver seus problemas urgentes. Cada instituição de ensino tem sua localidade, seus alunos, comunidade e particularidades. O que todas têm em comum é a dinâmica de ser o braço do Estado nas periferias de Porto Alegre, e para cumprirem bem seu papel necessitam de manutenção constante: desde a lâmpada que queima ao banheiro que entope passando pelos vidros que se quebram. Para conseguir suprir essas demandas, a SMED necessita aprimorar e ampliar sua equipe de manutenção.

Nas visitas às escolas, vimos o retrato do abandono, uma situação que, de tão grave, não pode ser ignorada, e sempre com pedidos (não atendidos) das direções para que os problemas fossem resolvidos.

Elencamos abaixo algumas das principais situações de risco verificadas nas escolas, casos que precisam de atendimento urgente (os nomes das escolas foram omitidos):

- Escola 1: Há árvores necessitando de remoção desde 2014, devido a risco iminente de queda (inclusive com laudo técnico constando a importância da execução), e a escola não tem verba para contratar o serviço e nem consegue verba extra para sanar tal demanda. O tronco das árvores está comprometido e há galhos já caídos sobre o teto do pavilhão que possui salas de aula. Essas árvores localizam-se no pátio do jardim infantil. Também há 2 lousas digitais novas que não podem ser usadas nas aulas por falta de instalação, apesar de já solicitado à SMED.
- Escola 2: Única escola da região em que está situada, comporta cerca de 1100 alunos e funciona nos três turnos, mas, mesmo com o tamanho e importância, sofre com inúmeros problemas de estrutura: a) toda a parte elétrica da escola está comprometida e, conforme laudo realizado em 2016 com avaliação técnica da SMED, a solução seria refazê-la. Há constante queda de disjuntor, falta de luz nas salas de madeira e o ginásio está parado com risco de curto circuito. A atual equipe de manutenção é pequena e não tem condição de realizar esse trabalho, além disso, desconhece o laudo técnico; b) ainda há uma “brizoleta” de madeira que se encontra muito deteriorada, com o chão cedendo, um problema já relatado à SMED e que coloca em risco a segurança de alunos, professores e funcionários.

- Escola 3: Escola de grande porte que atende uma comunidade carente e apresenta dois problemas graves: a) dutos com cabos de alta tensão, voltagem de 11 mil volts, com risco iminente de rompimento na calçada da escola, em decorrência do crescimento das raízes de uma árvore, que deslocaram a caixa que estava enterrada no local, podendo causar mortes. A direção tentou diversas vezes notificar e buscar uma solução junto à SMED; b) infestação de pombas na caixa d'água da escola, podendo transmitir doenças e poluindo a água do local, acarretando riscos à saúde.

- Escola 4: Escola de pequeno porte, em cujas dependências está parada desde 2016 a obra da construção da quadra esportiva, que até hoje não está liberada para uso dos alunos. A praça da educação infantil também se encontra interditada, uma vez que o chão está cedendo: começou com um buraco que foi tapado pela manutenção, mas na chuva da segunda quinzena de março de 2018 abriu-se novamente. Segundo o setor que atendeu as ocorrências, existem galerias antigas de esgoto pluvial abaixo do terreno e muito provavelmente é por esse motivo que o mesmo está cedendo. Necessita de reparos imediatos.

- Escola 5: Escola grande, com cerca de 1.500 alunos e vários problemas estruturais: a) A estrutura de escoamento da água da chuva é inadequada e não dá conta da demanda, inundando o pátio, o que é agravado pelo represamento provocado pelo muro do terreno vizinho. b) Ainda sobre chuva, ocorre um problema de falta de luz em algumas lâmpadas devido à infiltração. c) Buraco aberto, com esgoto da cozinha da escola, foi alvo de tentativa de manutenção, mas logo se abriu novamente e foi provisoriamente coberto com pedaços de madeira pela direção. d) Salas de aula ficam alagadas quando chove, por terem sido construídas abaixo do nível do solo. e) No segundo semestre de 2017, houve a queda de uma árvore cuja remoção era solicitada desde março do mesmo ano. Conforme laudo de vistoria realizada em 2017, o pátio da escola tem mais árvores comprometidas e necessitando de remoção.

- Escola 6: Piso do refeitório com risco de ser interditado por desnível no chão. Ao se cumprir a norma para colocação de piso branco no refeitório, foi realizada uma obra no local, porém não foi feita a retirada de um pelo outro, mas sim colocada uma camada de piso branco em cima do cinza já existente. Com o passar do tempo, a nova camada está se deteriorando, com a ocorrência de desníveis no chão, buracos, azulejos brancos desnivelados para cima, podendo fazer tropeçar membros da equipe

da cozinha que transitam com panelas quentes ou alunos. A escola solicita o reparo do espaço desde 2013, e a atual equipe diretiva busca desde 2017 uma verba extra para viabilizar a reforma.

- Escola 7: Esgoto e buraco no pátio onde os alunos circulam. Foi tapado artesanalmente com galhos.
- Escola 8: Em razão do crescimento de raízes de uma árvore no pátio, piso cerâmico se desnivelou e cadeirantes não conseguem circular. Também não há passagem para alunos cadeirantes se deslocarem do pátio para a horta da escola (um espaço que é mantido pelos professores e alunos e onde, portanto, todos devem ter condições de circulação).
- Escola 9: Falta corrimão na ligação entre dois prédios e, por ser uma escola de ensino especial, essa mudança é urgente e amparada pela lei da acessibilidade em prédios públicos. Já houve quedas de estudantes no local. Outro problema muito grave é a instalação elétrica do ginásio da escola, que é antiga e está deteriorada (a escola tem 29 anos). Em 2017, o Corpo de Bombeiros foi acionado para apagar um princípio de incêndio que ocorreu por curto circuito dentro do ginásio, espaço que hoje está sem funcionamento para evitar riscos aos estudantes.
- Escola 10: Necessita de troca de para-raios, além de relatos de problemas na instalação elétrica da cozinha.
- Escola 11: Pavilhão de madeira tem salas de educação infantil, e o espaço não atende o pré-requisito de ter banheiro para os pequenos.
- Escola 12: Essa escola é toda de madeira, com 202 alunos e 100% das turmas integrais. Em uma das salas de aula, o assoalho apodreceu e está cedendo. Segundo a direção, quando foi solicitada a manutenção, a SMED informou que a escola é que deve pagar por ela. Ocorre que a verba trimestral que a escola recebe já é insuficiente para a manutenção rotineira, muito menos para o reparo do assoalho. Há ainda a necessidade de manutenção preventiva contra cupins;

- Escola 13: Essa escola tem mais de 500 alunos e diversos problemas, como: a) O desnível do pátio, com risco de queda de alunos; essa área foi inclusive isolada pela direção para que ninguém se machuque. Há vazamento de esgoto no pátio e processo erosivo. b) Há alguns anos, um aluno sofreu um choque elétrico na quadra esportiva, recentemente saiu faíscas e é arriscado usar energia elétrica no local, assim como é evidente a falta de manutenção, suas bases de ferro estão corroídas da ferrugem, a tela de proteção está com buracos, há problemas com o teto, que, em parte cedeu após um vendaval, arrebatando a calha (desde 2016 a escola busca verba extra para isso) e necessita urgentemente de uma solução. c) Falta pressão para abastecimento da caixa d'água, então a escola é abastecida por caminhão pipa. c) Um muro cedeu e derrubou uma árvore na residência do vizinho atrás da escola. Já no pátio do vizinho da lateral, há vazamento da fossa da escola, um problema que foi testemunhado durante nossa visita.

- Escola 14: Telhado condenado, recentemente choveu dentro da biblioteca

- Escola 15: É uma escola de pequeno porte onde são registrados graves problemas: a) A caixa de eletricidade, condenada pela própria Engenharia da prefeitura em 2017, ainda foi trocada, com risco de incêndio. b) Assoalho cedendo em salas de aula por falta de manutenção, sendo que a escola atende alunos cadeirantes. c) A escola não possui área coberta nem espaço para educação física. d) Faltam condições de acessibilidade.

- Escola 16: a) Quadra esportiva sem iluminação, o que também prejudica a eficiência das câmeras de segurança à noite. b) Calhas entupidas gerando mau odor devido ao acúmulo e apodrecimento de detritos, sendo necessário alguém capacitado para fazer a limpeza e manutenção.

- Escola 17: a) Necessidade de colocação de tela ou outra forma de vedar o acesso ao pátio da escola para impedir a entrada dos cães da comunidade, pois houve um caso de criança que foi mordida no período de aula. b) Esgoto pluvial obstruído e sem a adequada estrutura para dar vazão à água em dias de chuva, inundando o pátio. c) Lousas digitais precisam ser instaladas.

- Escola 18: a) Há um ralo dentro do refeitório, o que faz necessária uma obra para adequar o encanamento.
- 55 Escolas não possuem alarmes de segurança.
- Há escolas que contam com alunos de inclusão e estão sem rampa para cadeirantes, sem brinquedos adaptados e ônibus. Falta de acessibilidade.

Para todos esses reparos, é preciso que seja disponibilizada verba extra, pois os recursos que as escolas recebem rotineiramente são insuficientes atender a essas particularidades decorrentes do tempo e do uso. E, como já foi mencionado no tópico 1.1, a equipe de manutenção conta com poucos profissionais de determinadas áreas para atendimento, além da falta de material básico para os consertos.

Outra questão crítica é a forma como a SMED operacionaliza a própria concessão de verba extra. Além da dificuldade para que um pedido desse tipo seja atendido, mesmo as escolas que são contempladas precisam enfrentar morosidade na liberação dos recursos, o que às vezes leva meses e faz com que projetos urgentes fiquem esperando ou mesmo sejam engavetadas.

4.3 CONTROLE DE PRAGAS

Outro fator preocupante e que tem causado muitos transtornos nas escolas é a infestação, em algumas escolas, de pombos e ratos. Em nossas visitas, ouvimos muitos relatos sobre a dificuldade que é combater os pombos, principalmente. Além das fezes serem altamente corrosivas, danificando as estruturas do patrimônio, elas podem causar doenças graves, bem como o piolho do pombo. Esses animais proliferam rapidamente, se escondem em frestas e conseguem furar as telas que algumas escolas colocaram para impedi-los de se alojarem nos telhados. Houve o caso de uma escola que gastou em torno de R\$ 3.000 para contratar profissional especializado em remover os pombos e, para isso, teve que usar da verba da escola. Outra direção relata que teve que pedir auxílio para familiares para fazer a remoção e vedação dos locais de acesso dos animais. Porém, seria necessário vedar de forma mais eficaz, havendo o problema de o material necessário ser caro demais para a verba que a escola tem disponível.

Providências devem ser adotadas para evitar esses transtornos, evitando outras infestações. As doenças originadas do contato com as fezes desses animais são perigosas.

Tamanha é a preocupação que em uma das escolas um pai de aluno ingressou com ação no Ministério Público.

Abaixo, seguem alguns trechos de reportagens sobre os malefícios de ter pombos no ambiente.

“É preciso tomar cuidado ainda com as fezes dos pombos. Segundo o biólogo Gladyston Costa, cada animal produz cerca de 2,5 kg de fezes por ano e, nessas fezes, estão fungos, bactérias e ácaros que podem causar, pelo menos, 6 tipos de doenças. Como mostrou o infectologista Caio Rosenthal, entre as doenças transmitidas por pombos, estão a criptocose, que pode dar meningite; a histoplasmose, que pode dar doenças pulmonares; a salmonelose, que pode dar distúrbios gastrointestinais; além de dermatites e alergias. Por isso, é importante não deixar as fezes acumularem e, na hora de retirá-las, proteger o nariz e a boca com uma máscara e umedecê-las com água e depois limpá-la com água sanitária.”⁹

“A doença é causada pelo piolho do pombo que, em contato com a pele, pode provocar vermelhidão, coceira e pequenos inchaços, semelhantes a picadas de mosquitos. “Piolho do pombo é um ácaro, que habita as aves silvestres, tanto pombo, pardal e outras aves. Ele transmite uma patologia chamada dermatozoonose, que é alergia a picada de inseto. Essas lesões são semelhantes à picada de formiga”, afirma a especialista. “O paciente chega no nosso consultório com lesões às vezes disseminadas pelo corpo, às vezes localizadas, dependendo da quantidade de piolho que essa pessoa foi picada. Essas lesões causam intensa coceira, e elas ficam muito inchadas, vermelhas. Na maioria das vezes as pessoas que nos procuram no consultório chegam preocupadas porque chegam com lesões disseminadas, realmente. Pra identificar, você precisa pesquisar e interrogar o paciente, porque você não imagina que um pombo pode transmitir essa picadura”, indica a médica.

No entanto, pombo também pode transmitir outras patologias mais graves através das fezes, que é a criptococose, doença causada por um fungo (criptococos) e causar até uma meningite. Outra patologia muito grave transmitida pelas fezes do pombo é a histoplasmose, porque as fezes desses pombos podem se contaminar por fungos e bactérias e isso transmitir essas patologias pela aspiração das fezes.”¹⁰

Um problema semelhante ocorre com os ratos, que acabam infestando o entorno de algumas escolas, necessitando que sejam feitas desratizações frequentes, porém a verba das escolas não é suficiente para atender a todas essas necessidades. E, conforme a relação de contratos firmados pela Prefeitura, para o exercício de 2018 não está prevista a contratação de serviços como o combate a ratos e pombos.

4.4 INFORMÁTICA E TECNOLOGIA

A educação para o uso da tecnologia e da informática é importante para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, como fator de enriquecimento do aprendizado na

⁹ Fonte: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/09/saiba-evitar-doencas-transmitidas-por-pombos-morcegos-e-ratos.html> Data: 09/09/2013 Acesso em: 13/04/2018

¹⁰ Fonte: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/dermatologista-explica-sintomas-da-doenca-do-piolho-do-pombo.html> Data: 20/02/2017. Acesso em: 13/04/2018

escola, no desenvolvimento de habilidades e competências humanas, na inserção social, dentre diversos benefícios. E dispor de equipamentos para auxiliar essa aprendizagem dos alunos é fundamental.

Quando estivemos em visita às escolas, constatamos que, na ampla maioria das unidades, o estado dos computadores é de defasagem e descompasso com a era que vivemos hoje. Os principais obstáculos enfrentados por alunos e professores são:

- Máquinas com pouca capacidade e processadores antigos rodando softwares mais modernos, o que compromete a performance dos programas.
- Falta de internet nos computadores
- Internet a rádio (sinal ruim)
- Falta de wi-fi
- Muitos computadores estragados
- Computadores doados para as escolas sem aproveitamento por falta de instalação.

Uma das questões mais mencionadas pelas direções é a de que, embora a Procempa atenda aos chamados, a forma como o trabalho é desenvolvido é problemática. Por exemplo, se a escola não descreve exata e tecnicamente o problema, a equipe da Procempa vem, olha, não soluciona o problema, a escola tem que abrir um novo processo e a Procempa volta outra vez e assim por diante. Esse procedimento se repete até mesmo para coisas simples. Todo esse processo é demorado; trabalho e tempo que seriam evitados se os profissionais já fossem preparados para atender problemas rotineiros.

O fato de o sinal de internet ser ruim em grande parte das escolas também é um empecilho que prejudica o uso da tecnologia. Apenas 8 de 56 escolas possuem internet wifi e, dentre essas 8, algumas usam sistema a rádio e o sinal cai frequentemente. Já dos computadores dispostos na sala dos professores, a maioria não funciona ou não tem internet. Para as atividades de lançamento de caderno de chamada e notas, o trabalho se torna incompatível com a quantidade de profissionais dispondo do(s) mesmo(s) equipamento(s).

Outro obstáculo encontrado é quanto aos pontos de internet, pois as direções deparam-se com a dificuldade em serem instalados novos pontos.

Nos laboratórios de informática, verificou-se que há muitos computadores sem funcionamento, mais pela defasagem tecnológica dos equipamentos que por problemas de manutenção. Algo que chama (negativamente) a atenção é o fato de haver somente uma pessoa na SMED que cuida da parte digital das escolas. Segundo os relatos das direções, é

muito difícil contatar essa funcionária pessoalmente, por e-mail, por telefone e porque ela cuida também de outras questões na Secretaria, como o ponto eletrônico. Inclusive, nosso gabinete enviou um e-mail para ela e para a SMED no dia 05/04/2018 e até o momento (26/04) não obteve resposta.

No e-mail enviado à SMED, para os endereços que nos informaram em contato telefônico, o Prof. Alex Fraga fez um apelo ao setor responsável pelos computadores das escolas, solicitando a instalação de 2 lousas digitais que há anos estão guardadas em uma das escolas. Após o envio do e-mail, tomamos conhecimento de mais escolas que também estão com esse tipo de equipamento aguardando instalação.

Foto das 2 lousas digitais aguardando instalação, tirada durante nossa visita no mês de março:



Figura 5

Essa sistemática de atendimento às escolas entrava e engessa todo o sistema de informatização didática. O que deveria para ser moderno e rápido, na instantaneidade dos fluxos de informação com que todos estão acostumados quando usam um computador ou um celular, torna-se atrasado e burocrático na SMED.

Aliás, em se tratando de burocracia e morosidade, um exemplo gritante desse descaso são os diversos computadores que as escolas receberam de doação dos tribunais e estão sem uso. Estes equipamentos não podem ser postos em funcionamento sem a

autorização da SMED e sem as providências que ela tem que tomar, já que estão protegidos contra violação, bloqueados e sem autorização para a própria Procempa manusear.

4.5 SALAS DOS PROFESSORES

As escolas possuem, tradicionalmente, uma área de convivência que é a sala dos professores. Este espaço, além de ser utilizado para descanso e interação, costuma ser também o lugar onde os servidores os servidores se alimentam, tendo multiuso, com geladeiras, micro-ondas, pias, mesas, sofás, armários etc.

Ademais, muitas vezes o computador fica próximo à geladeira ou o professor que está trabalhando na mesa divide o espaço com o colega que acabou de sentar com o seu prato, pois, embora os funcionários recebam vale-refeição, muitas são as escolas em cujo entorno restaurantes, já que a maioria das escolas se encontra em bairros periféricos e de grande vulnerabilidade social.

Em nossas visitas, medimos todas as salas dos professores e relacionamos a metragem ao número de professores que utilizam esses espaços. Analisando todas as escolas, o tamanho médio aproximado desse recinto na rede municipal é de 37 metros quadrados, para ser utilizado por um número médio de 61 professores ao longo do dia (não há dados exatos porque a distribuição do pessoal por turno varia, mas a maior concentração de docentes na escola costuma ser pela manhã). Ora, se colocados todos juntos na sala dos professores, cada professor teria 0,60 metro de espaço para ocupar. E isso se a sala estivesse vazia. O quadro é ainda pior porque os docentes precisam disputar espaço com mesas, cadeiras, sofás, armários, computadores e às vezes geladeiras e pias. São condições precárias de trabalho.

A foto a seguir evidencia como as Salas dos Professores são insuficientes para dar condições dignas de descanso, convivência e suporte às atividades dos trabalhadores:

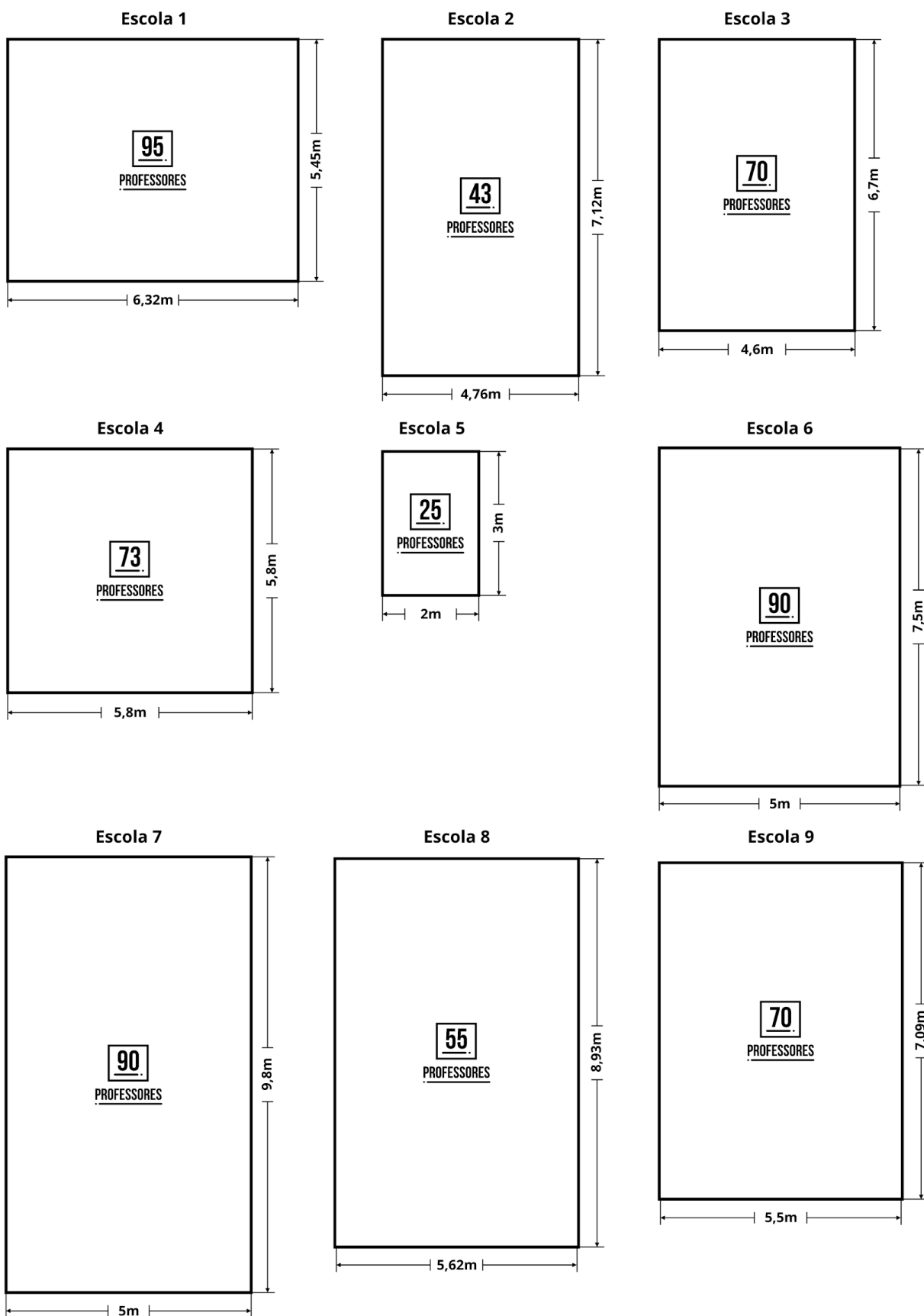
Espaço para Planejamento, Descanso e Alimentação



Figura 6

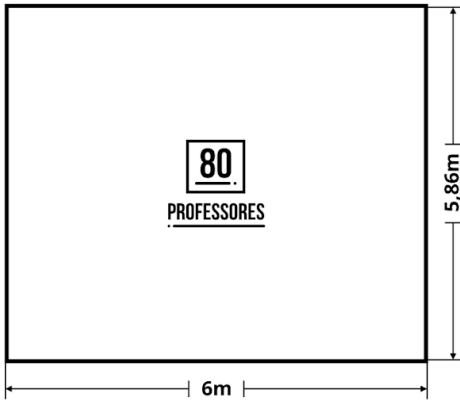
Para fins ilustrativos, apresentamos abaixo um comparativo do tamanho de algumas das salas dos professores visitadas, com o número de professores que costuma dividir o espaço.

Sala dos professores

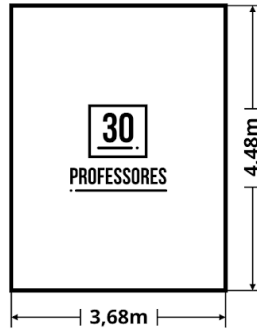


Sala dos professores

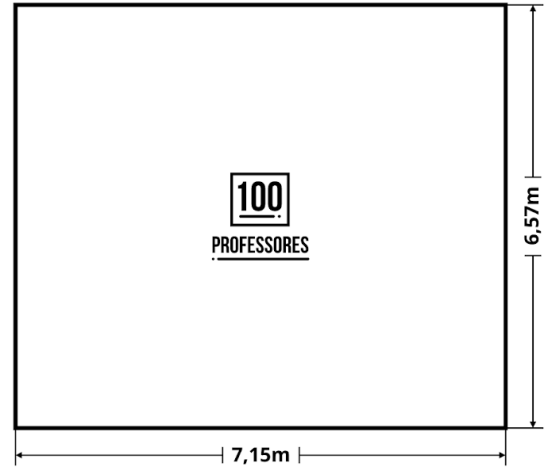
Escola 10



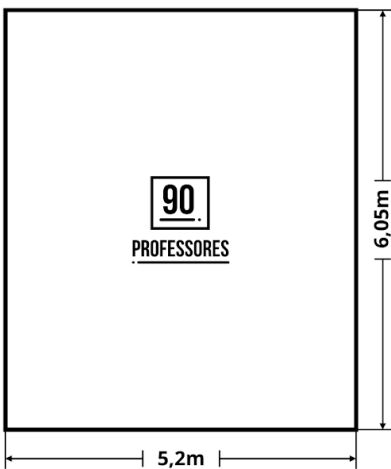
Escola 11



Escola 12



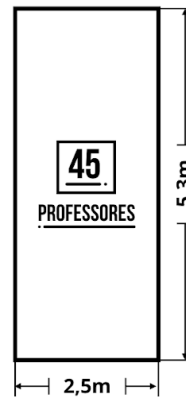
Escola 13



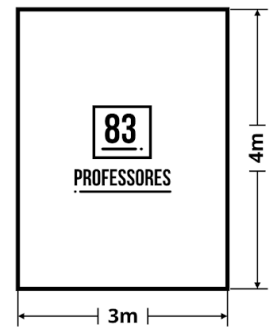
Escola 14



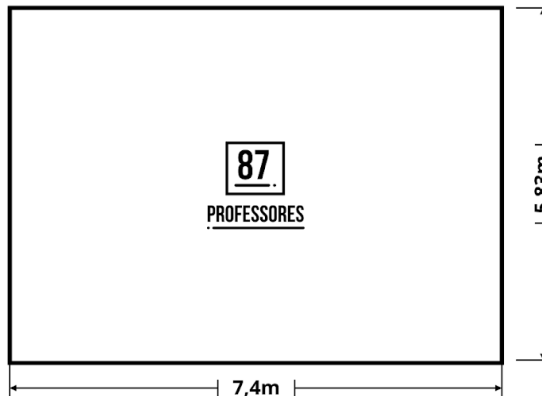
Escola 15



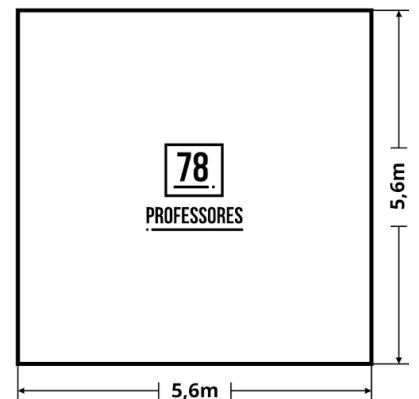
Escola 16



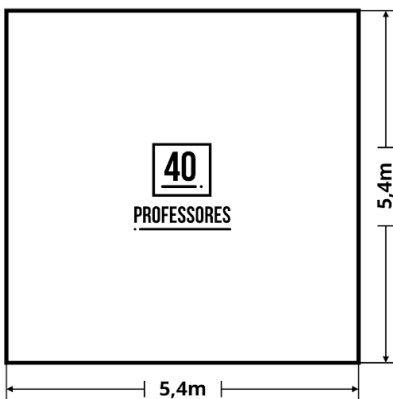
Escola 18



Escola 19



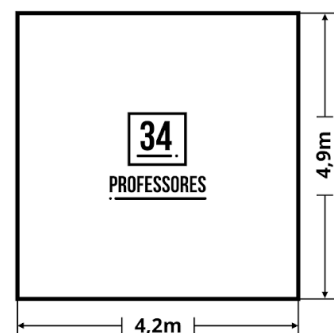
Escola 17



Escola 21

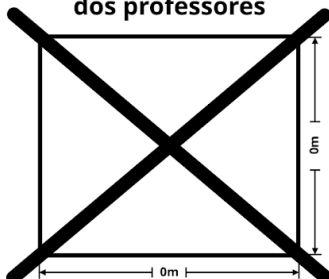


Escola 22



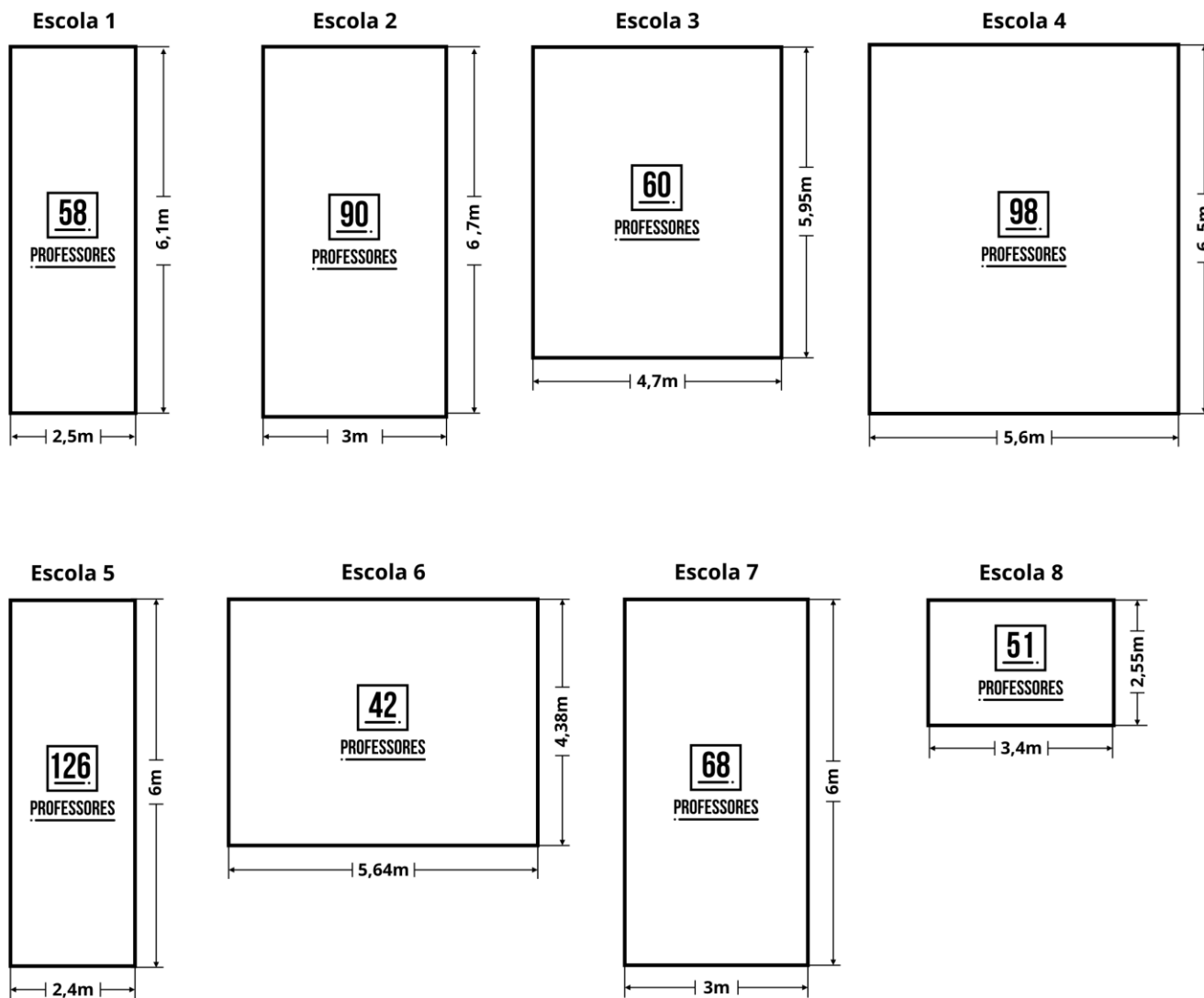
Escola 20

Escola sem sala dos professores



Algumas escolas (11 das 56 visitadas) possuem outras salinhas utilizadas para planejamento ou reuniões. As dimensões das salas de planejamento (amostragem) que algumas escolas oferecem são as seguintes:

Sala de planejamento



CONCLUSÃO

Nossas visitas a todas as 56 escolas de ensino fundamental e médio de Porto Alegre, ocasiões em que pudemos conversar francamente com equipes diretivas e professores, nos permitem fazer um raio-X da precarização do ensino e das relações de trabalho na rede municipal.

Os tópicos apresentados neste relatório, que apresentam dados colhidos nas entrevistas realizadas nas escolas, abordam questões que vão desde a burocratização dos processos até a degradação física dos espaços escolares, passando pela gestão de pessoal, e todas essas questões estão interligadas, são partes de um mesmo e único problema, que pode ser resumido em uma frase: a atual administração municipal, por incompetência ou como projeto político, está promovendo um desmonte de tudo que se construiu de positivo nas últimas décadas na educação pública da cidade.

Criar um labirinto burocrático que dificulte a comunicação e a resolução de problemas, forçar professores a planejar na escola sem que esta tenha estrutura adequada para isso, limitar os atestados médicos possíveis a um número desumano (o que, na prática, equivale a proibir que os trabalhadores fiquem doentes), precarizar o atendimento a alunos portadores de necessidades especiais e dificultar ou negar a resolução de graves problemas de estrutura são dimensões de um mesmo contexto de descaso e descumprimento das obrigações legais de parte da SMED/Prefeitura como mantenedora. No caso de vários dos problemas estruturais citados, o problema é ainda mais grave por colocar em risco a integridade física e a vida de estudantes e profissionais.

Nosso mandato tem como uma das missões fundamentais a de fiscalizar a atuação do Executivo e os serviços públicos da cidade. Como representamos os eleitores do município de Porto Alegre, tomaremos todas as medidas políticas que estiverem ao nosso alcance, tanto no âmbito das instâncias da Câmara Municipal, como Plenário, Comissões, Frentes Parlamentares e Pedidos de Providências, quanto na esfera jurídica, com o ingresso de ação exigindo que a prefeitura cumpra seu papel.

Conservar os espaços das escolas, qualificar o trabalho de ensino e planejamento dos professores e o atendimento dos alunos, bem como respeitar o princípio da gestão democrática e o da autonomia das escolas (previstos na legislação) não são favores à comunidade; são obrigações do prefeito e da Secretaria Municipal de Educação. E a nossa obrigação é a de cobrar que cada ente público faça sua parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452: Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> Acesso em: 13 de Abr. 2010.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3268.htm>. Acesso em: 14 abril 2018.

PORTO ALEGRE. Lei 133 de 31 de Dezembro de 1985. Estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022205.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 13 abr. 2018

PORTO ALEGRE. LEI nº 11.858, de 25 de junho de 2015. Disponível em: Institui o Plano Municipal de Educação (PME). Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/2015_pme.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MOSCHETTA, J. B. O planejamento como necessidade na prática do professor. Dissertação (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, p. 31; 38. Disponível em : <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/122188/000971246.pdf?sequence=1>> Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASÍLIA. Lei Federal nº 11.738, de 16 de Julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: abr. de 2018.

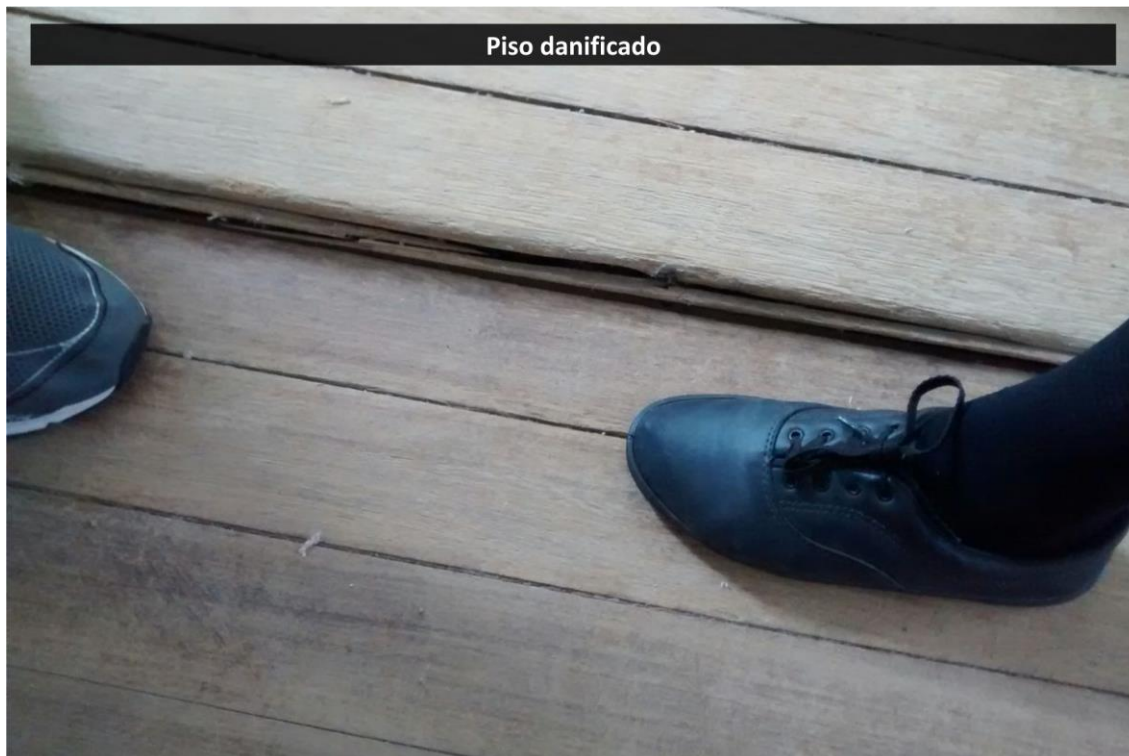
CHAGAS, ANGELA. Prefeitura muda norma que permitia a professores trabalharem de casa. Gaúcha ZH. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto->

alegre/noticia/2018/02/prefeitura-muda-norma-que-permitia-a-professores-trabalharem-de-casa-cjdg20hfy00fb01n3b3eeytid.html>. Acesso em: abril de 2018.

TEZZARI, M. L; BAPTISTA, C. R. Vamos brincar de Giovani? A integração escolar e o desafio da psicose. In: BAPTISTA, C. R; BOSA, C. (Org.). Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.145-156.

ANEXOS

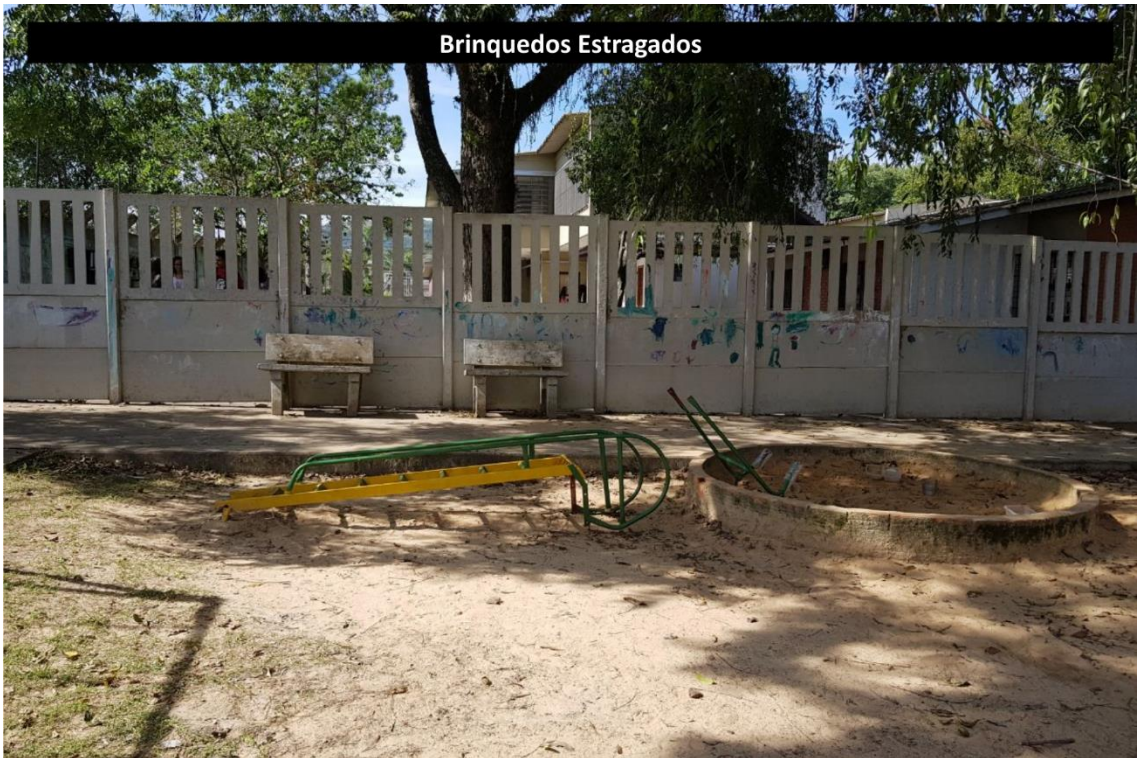
Fotos de alguns problemas estruturais encontrados:



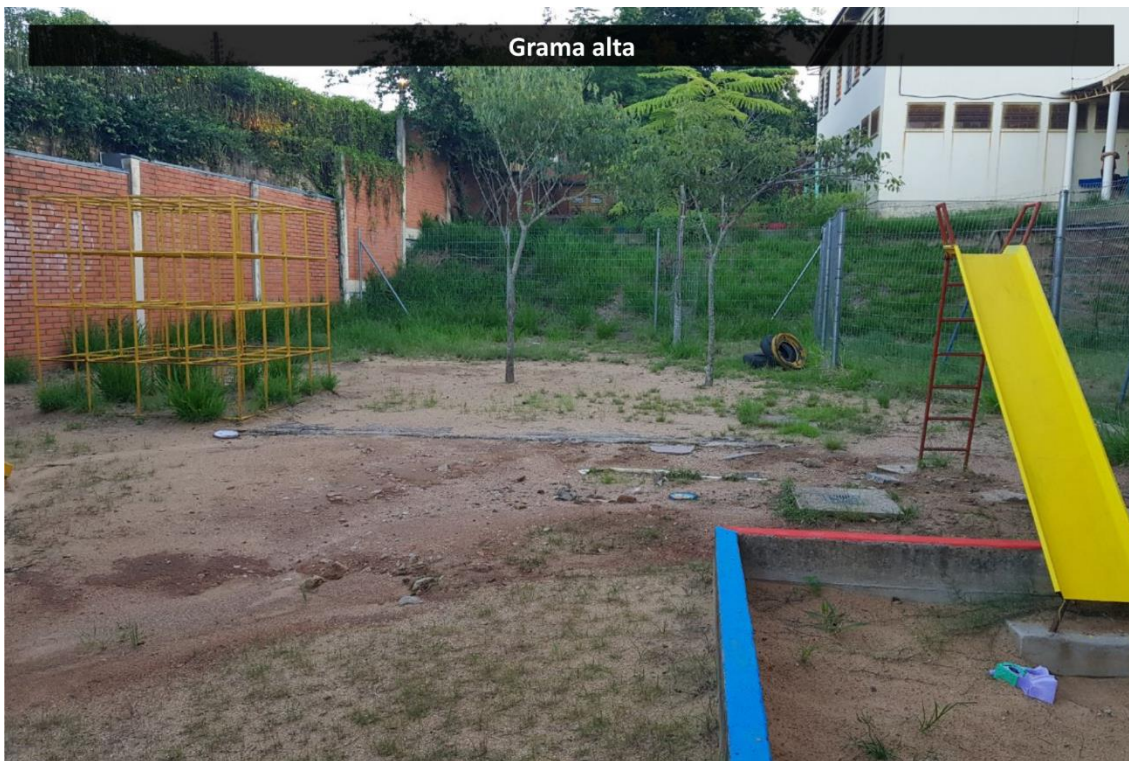
Esgoto no pátio



Brinquedos Estragados



Gramma alta



Quadra de esportes sem manutenção, com estrutura danificada



Muro sem manutenção, com estrutura danificada



Obras inacabadas dificultam acesso à escola



Computadores novos sem instalação

